

Leandro Garcia Pinho¹
Eduardo Moreira²

**A “VERDADE DAS PEDRAS”:
VIVÊNCIAS NA PESCA ARTESANAL A
PARTIR DE UM GRUPO DE PESCADORES NA
LOCALIDADE DE GARGAÚ (RJ)**

***THE “TRUTH OF THE STONES”:
EXPERIENCES IN ARTISANAL FISHING
FROM A GROUP OF FISHERFOLK IN
GARGAÚ (RJ)***

¹ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

² Instituto Federal Fluminense

RESUMO

A proposta deste artigo é refletir sobre a pescaria de camarão inerente a um grupo de pescadores na localidade de Gargaú, bairro incrustado no estuário do Rio Paraíba do Sul, pertencente ao município de São Francisco de Itabapoana. Por meio de uma pesquisa de campo preocupada com registros via itinerários etnográficos e das falas dos sujeitos em entrevistas semiestruturadas, busca-se descrever e interpretar alguns fatores de transformação e permanência que incidiram sobre esta modalidade pesqueira. A partir dessas reflexões percebe-se toda uma dinâmica produto e produtora de códigos costumeiros e saberes fazeres como processos ecossociais que se retificam e ratificam ao longo do tempo, demonstrando como o fazer-se pescador artesanal se manifesta contextualmente tanto na mudança como na continuidade. Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

PALAVRAS-CHAVE: pescadores e pescadoras de Gargaú; direito coletivo na pesca artesanal; segredo e contra-segredo na pesca artesanal.

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on shrimp fishing inherent to a group of fishermen in the Gargaú district, a neighborhood nestled in the estuary of the Paraíba do Sul River, in the city of São Francisco de Itabapoana. Through field research concerned with records via ethnographic itineraries and the subjects' speeches in semi-structured interviews, we seek to describe and interpret some factors of transformation and permanence that affected this fishing modality. From these considerations one perceives a whole dynamic product and producer of habitual codes and know-how as eco-social processes that are rectified and ratified over time, demonstrating how becoming an artisanal fisher manifests itself contextually both in the change and continuity. This article is the result of research funded by the Environmental Education Project (PEA) Pescarte which is a mitigation measure required by the Federal Environmental Licensing, conducted by IBAMA..

KEYWORDS: fishermen and women from Gargaú; collective right in artisanal fishing; secret and counter-secret in artisanal fishing.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal ao associar um complexo de relações humano-natureza configura uma intrincada teia em que cada um de seus nós representa, ao mesmo tempo, uma atividade autônoma e dependente de outras atividades contidas nesta teia. Exatamente por esta complexidade estas relações, aparentemente paradoxais, entre autonomia-dependência, não sem motivos se estabelecem ora complementares ora contraditórias.

Estas instâncias sociais e laborais que perfazem as atividades pesqueiras, apesar de interconectadas, atuam com certos graus de autonomia, pressupondo “mundos” de atividades cooperativas que se manifestam como produtos e produtoras, simultaneamente, de códigos de condutas, regras costumeiras, formação de grupos de alianças e grupos rivais presentes nos tempos espaços ecossociais em que cada qual se realizam e nas relações entre estas instancias. Assim as atividades pesqueiras se constituem como amálgama circular entre retificações e ratificações de seus saberes-fazeres ocorrendo nos, e entre os, nós desta rede laboral.

A presente pesquisa busca contribuir com este vasto e intrincado campo de investigação a partir da descrição e interpretação espaço-temporal de algumas mudanças e continuidades que ocorreram nos circuitos da pescaria de camarão presentes na localidade de Gargaú, cravada às margens do estuário do Rio Paraíba do Sul, pertencente ao município de São Francisco de Itabapoana, no extremo Norte do litoral fluminense.

Sendo assim, o objetivo deste artigo incide inicialmente em pensar as transformações ocorridas com a adoção generalizada da tecnologia do aparelho GPS e do telefone celular na atividade de captura de camarões e divisão dos recursos auferidos nestas capturas em Gargaú. Com isso, espera-se demonstrar como estas tecnologias arrefeceram a centralidade de outrora na figura emblemática do “mestre” de pesca como guardião e manipulador dos “pontos de pesca”, que lhe garantiam, além do status coletivo, uma parte exclusiva nos recursos obtidos; e como estes aparelhos possibilitaram a consolidação de equipes de aliados atuando em redes nestas pescarias.

Em seguida, outro objetivo deste artigo é buscar interpretar como esta mesma adoção dos GPS’s (sigla em língua inglesa, Global Positioning System, que pode ser traduzida para Sistema de Posicionamento Global), por outro lado, permitiu a marcação de “pontos” públicos no fundo da “acosta” para se evitar a perda de petrechos, funcionando como elementos jurídicos complementares aos tradicionais “segredos dos pesqueiros”, desvelando um complexo de códigos costumeiros que apontam para o “fazer-se” pescador artesanal como efeito complementar entre competição e reconhecimento coletivo ao direito de competir. Assim, segredos e contra segredos se unem na produção de sujeitos que competem por sua diferenciação e, ao mesmo tempo, garantem suas similaridades no reconhecimento a pertença do coletivo de pescadores.

Estes elementos comprovam como as mudanças técnicas e tecnológicas

a que estes sujeitos estão submetidos devem ser interpretadas nos contextos em que as mesmas se inserem. Os pescadores, em muitos sentidos, reinterpretem seus próprios saberes-fazer, inserem inovações num fluxo espaço-temporal onde seus próprios códigos e epistemologias são ressignificadas sem que isto aponte, necessariamente, para desestruturações destas coletividades.

OS FLUXOS ENTRE AS ATIVIDADES COOPERATIVAS DA PESCA EM GARGAÚ: PESCADORES, PESCADOS E PESCARIAS EM SEUS MUNDOS DA PESCA

Os conceitos de “pescados, pescarias e pescadores”, elaborado por Cristiano Wellington Ramalho (2016), lançam algumas luzes na interpretação destes elos de articulação entre as diferentes atividades pesqueiras, por representarem momentos que se articulam e chocam mutuamente. O autor transcreve uma conversa entre pescadores, colhida numa praia de Pernambuco, em que um deles assim se manifesta: “todo pescador tem sua pescaria, e toda pescaria tem seu pescado que ele quer pegar. Pescador só existe por conta dos pescados, e mais ainda por ele fazer pescaria” (RAMALHO, 2016, p. 392).

Estes momentos se entrecruzam em processos ecossociais “entendidos como um irrevogável metabolismo do ser social com a natureza, cujo trabalho torna-se condição sine qua non da produção e da reprodução social dos pescadores artesanais” (RAMALHO, 2016, p. 397)

Estas expressões êmicas ganham status conceituais ao representarem momentos distintos e indissociáveis que instituem o “ser” do pescador e pescadora artesanal em seu conjunto. Mesmo que tendo como suporte reflexões etnográficas de outro contexto sócio-histórico, a proposição de Ramalho (2016, p. 392), de que “no geral, os peixes [pescados], as armadilhas e embarcações [pescarias] e os trabalhadores das águas [pescadores] são partes integrantes da produção e reprodução social da pesca”, serve de inspiração para esta análise.

Seguindo estas conceituações a centralidade do grupo de pescadores e pescadoras da localidade de Gargaú, nesta investigação, não se encontra por sua atuação neste espaço físico e/ou administrativo, como um bairro do município de São Francisco do Itabapoana, mas sim por caracterizar os elos entre pescadores, pescados e pescarias que se entrecruzam como processos ecossociais e que se manifestam em diferentes atividades laborais. Nesta linha interpretativa, estas atividades se entrelaçam em “mundos da pesca” que ocorrem nesta localidade.

O conceito de “mundos” da pesca adotado evoca o de “mundos” da arte elaborado por Howard Becker (1982) para compreender a multifacetada rede de atividades cooperativas que orbitam em torno das obras de arte. Segundo o autor, “todo trabalho artístico, tal como toda a atividade humana, envolve a atividade conjugada de um determinado número, normalmente um grande número, de pessoas” (BECKER, 1982, p. 27).

Becker (1972) caracteriza a atividade artística como um complexo de atividades que atuam de forma cooperativa, mas que guardam entre si certa autonomia. Assim, esta produção (artística) vai muito além dos artistas propriamente ditos, envolvendo uma extensa e cooperativa rede de diferentes atividades que possibilitam a produção, circulação e consumo das obras de artes.

Por exemplo, para que uma orquestra sinfônica possa dar concerto, foi necessário inventar instrumentos, construí-los e conservá-los em bom estado. Foi necessário conceber uma notação e compor música utilizando essa notação. Os músicos tiveram que aprender a tocar nos seus instrumentos as partituras resultantes, foi necessário de tempo e de um local conveniente para os ensaios, anunciar o programa do concerto, organizar a publicidade, vender bilhetes e atrair um público capaz de escutar e de alguma forma compreender e apreciar o concerto. Podíamos fazer uma lista idêntica para todas as artes do espetáculo (BECKER, 1982, p. 28).

Cada conjunto de atividades participantes desta rede desenvolve técnicas e tecnologias, códigos e comportamentos, divisões sociais das tarefas e dos recursos produzidos e apropriadas a cada qual. Esta variedade constitutiva é geradora de relações ora de maior equidade ora de maior desigualdade e exploração, dependendo das peculiaridades de cada atividade desenvolvida e suas formas de organização. “Para analisar um mundo da arte [pesca], procuramos as categorias de trabalhadores que caracterizam esse mundo e o feixe de tarefas que cada um desempenha” (BECKER, 1982, p. 32).

Mesmo que os sujeitos elaborem estas diferenciações como fronteiras distintas (BARTH, 2000), estas não se estabelecem de forma fixa e/ou intransponíveis mas, pelo contrário, se manifestam no encontro, nos espaços interativos e efêmeros, a partir do “reconhecimento” mútuo. Deriva daí a relevância da pesquisa social tornar estes movimentos inteligíveis. Esta postura investigativa demonstra que “é através da observação do modo como um mundo da arte [pesca] estabelece essas distinções, e não tentando estabelecê-las nós próprios, que podemos compreender muito do que se passa nesse mundo” (BECKER, 1982, p. 55).

A compreensão dos “mundos da arte”, nesta perspectiva, parte do pressuposto da apreensão de certas “convenções”, regras comuns para a ação coletiva, que delimitam as atividades que se articulam em torno destes “mundos” (BECKER, 1982; MAGNANI, 2014). A noção de convenção, então, estabelecerá quais princípios organizativos, sejam jurídicos ou epistêmicos, de funcionamento destas atividades e de suas redes de interações serão interpretados para compreensão destes “mundos”.

É a “convenção” – o atributo escolhido – e seu “grau de pertinência” que determinam a inclusão ou exclusão de elementos no circuito. Assim, se o que está sendo considerado, no caso do skate, é apenas o esporte com suas habilidades, regras, equipamentos, o que interessa são os pontos onde é praticado e não onde o skatista estuda, que igreja frequenta, etc. – circunstâncias que poderão ser levadas em conta em outros contextos, se a convenção escolhida for outra (MAGNANI, 2014, p. 4).

As convenções adotadas para este artigo focam na forma como algumas inovações técnicas e tecnológicas, em especial a adoção do aparelho de GPS e dos telefones celulares adotados por pescadores de camarão na localidade de Gargaú como equipamentos de trabalho proporcionaram renovações em certos códigos e comportamentos locais, referentes a organização coletiva destas pescarias, com definições de fronteiras indentitárias ente aliados e rivais e com a possibilidade, proporcionada por estes equipamentos eletrônicos, de se estabelecer pontos públicos no mar, evitando a perda de petrechos e, em consequência, a eliminação da competição.

PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

As reflexões trazidas aqui neste texto se baseiam no entrelaçamento de reflexões teóricas, advindas de discussões no campo das ciências humanas e sociais, por um lado, bem como, por outro, em uma pesquisa de campo realizada entre os meses de abril e outubro de 2022, resultando em 78 dias de inserção *in loco* na localidade de Gargaú. Durante este período, foram utilizadas para coleta e armazenamento dos dados as metodologias qualitativas da história/memória oral temática e dos itinerários etnográficos.

As perspectivas das histórias e memórias orais colhidas (BOSI, 2004; FROCHTENGAR-TEN, 2005; DELGADO, 2010; MEIHY e RIBEIRO, 2011; ALBERTI, 2012) foram norteadas pela temática do “trabalho da pesca” como eixo captador das preocupações.

Com isso foram realizadas no total 17 entrevistas semiestruturadas com sujeitos que desempenham atividades pesqueiras na localidade, atuando tanto em pescarias de mares, rios e mangues; quanto em atividades de pré-captura, captura e pós-captura, buscando compreendê-las em suas idiossincrasias e em seus elos e fluxos, como partes integrantes das pescarias, pescados e pescadores que constituem os processos ecossociais locais da pesca artesanal.

De forma complementar, mas não menos importante, foram realizados os itinerários etnográficos (PÉTONNET, 2008; FERNANDES, 2016) que se traduziram em percursos desenvolvidos juntos aos sujeitos da pesquisa como forma de complementar e ampliar a visão sobre os significados dos temas apreciados nas entrevistas. Os Itinerários contaram com 33 inserções registradas.

As pescarias de camarão, realizadas na “acosta” do mar de Gargaú, alicerçaram as descrições e interpretações presentes neste artigo. Nestes percursos, as falas – sejam pela naturalidade de seus usos no ato do labor na pesca e registradas no caderno de campo, sejam por meio de entrevistas gravadas e transcritas puderam compor um riquíssimo banco de dados – contribuíram com as interpretações relatadas neste texto.¹

¹ As reflexões aqui apresentadas fazem parte da tese intitulada “Memórias e vivências na pesca em Gargaú: tecendo circuitos laborais e ecossociais entre pescadores e pescadoras artesanais” defendida em maio de 2023 junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

GARGAÚ: UMA LOCALIDADE DE PESCADORES/AS, PESCARIAS E PESCADOS

A região de São Francisco do Itabapoana até recentemente era parte constitutiva do município de São João da Barra tendo sido criado pela Lei estadual 2.379, de 10 de janeiro de 1995, possuindo apenas 27 anos de emancipação. São Francisco de Itabapoana está localizado na zona costeira da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, apresentando uma população de 41.357 habitantes e densidade demográfica de 36,84 pessoas por km². O município tem uma área total de 1.122 km², com acesso pelas rodovias RJ-224 e RJ-194 (IBGE, 2010), e integra a Bacia petrolífera de Campos sofrendo os impactos e as intervenções desta atividade extrativista

O bairro, ou como preferimos chamar aqui, a localidade de Gargaú está localizada no extremo sul do município de São Francisco do Itabapoana. Esse se situa na margem esquerda da foz do Rio Paraíba do Sul faz divisa com o município de São João da Barra/RJ, possuindo um extenso estuário.

Esse estuário gerou dois canais constitutivos do delta do rio Paraíba do Sul que correm paralelos ao mar, adentrando as áreas habitadas do bairro e servindo como um porto natural privilegiado para a entrada e ancoragem das embarcações. Além disso, “ao reter areia transportada pelo mar, o rio permitiu que se formasse uma grande restinga” que propiciou a existência de várias lagoas, como “as do Comércio, da Tabua, do Meio e da Praia” (SOFFIATI, 2013). A localidade possui, ainda, “o maior manguezal da região norte do Estado do Rio de Janeiro” e talvez o “maior do Estado” (SOFFIATI, 2009, ROCHA, 2015).

Devido a estes aspectos este espaço e estes sujeitos condensam um complexo pesqueiro, com a presença tanto de pescadores e pescadoras que atuam na pesca de rio, estuário, mangue, costa e alto mar; quanto uma rede de atividades e instalações que orbitam em torno desta produção tais como: frigoríficos, peixarias, estaleiros, oficinas de motores, fábrica de gelo, et al. Neste sentido, essas atividades representam parte imprescindível da economia, sociedade e cultura desta localidade, sendo responsável pelas produções e reproduções materiais e imateriais que conectam seus residentes.

Estas atividades formam teias de significações coletivas que podem ser percebidas pelo olhar mais despretenso ao circular por suas ruas, becos e “marés”; na forma de organização do bairro; nas conversas locais; nos objetos encontrados aleatoriamente; nos sons; odores; sabores e imagens desta localidade e seus habitantes.

Com base nos dados coletados no campo da pesquisa, a pescaria do Camarão da espécie conhecida na localidade por “sete barbas” se apresentou como uma das principais que ocorre na localidade com grande número de pescadores que a realizam e com um complexo mercadológico composto de “frigoríficos” que compram, beneficiam, armazenam, transportam e revendem estes pescados. Na sequência serão transcritos alguns dos itinerários etnográficos e trechos de en-

trevistas relativa a esta modalidade de pescaria, com foco nas novas técnicas e tecnologias adotadas e nas ressignificações que estas inovações proporcionaram a este grupo de pescadores e suas rotinas de trabalho.

A REDE DE ALIANÇAS DOS PESCADORES DE CAMARÃO DE GARGAÚ: ENTRE GPS ´S E CELULARES; “SEGREDOS”, “BURLAS” E TRABALHO EM EQUIPE

O espaço onde os pescadores de camarão atuam em sua faina cotidiana nas águas se configura a partir de laços de conhecimento e reconhecimento mútuos como signos de pertencimento e exclusividade entre estes sujeitos, onde partilham de códigos socioculturais, manejam técnicas e tecnologias com perícia e interagem com o ecossistema local com desenvoltura demonstrando habilidades e intuições, seus saberes-fazer.

A “acosta” (como os locais nominam o mar próximo, onde realizam as pescarias do camarão sete barbas com durações de, no máximo, um dia) espaço conhecido e reconhecido destes pescadores, apresenta diferentes “trajetos”. Estes trajetos são definidos pela intuição/sabedoria e pela rede de alianças que cada pescador possui. O fundo deste “mar” próximo, devido as características geológicas da formação do Delta do rio Paraíba do Sul, que toma e circunda a localidade de Gargaú, é composto de muitas “pedras” o que, ao mesmo tempo, o torna um habitat propício para morada e reprodução do camarão (principalmente do sete barbas, devido as temperaturas médias da água) e perigoso para o manejo da pesca, com altas possibilidades de destruição dos petrechos se os mesmos forem arriados em locais desapropriados. Circular por estes “trajetos” requer um misto de sabedoria (conhecimento e experiência), risco e sorte.

Simone Maldonado, ao se referir sobre o “mar” como recurso móvel explorado pelos pescadores, percebe que os mesmos acabam por dividir este espaço em “mares”, “zonas de pesca”, “pesqueiros”, “pedras”, lugares de abundância cujas rotas e localizações são objeto de segredo” (MALDONADO, 2000, p. 6). Estas divisões abrigam tanto um caráter espacial quanto simbólico significando formas de ocupação e comportamento específicos dependendo dos tipos de pescarias realizadas. Sendo assim “o mar”, em verdade, é composto por diferentes “mares” onde circulam diferentes pescadores e pescadoras em busca de seus pescados, por isso realizando formas peculiares de pescarias.

Esses diferentes mares representam espaços de labor indiviso que apresentam natureza arriscada e imprevisível devido aos perigos que oculta, as sazonalidades das espécies a serem capturadas e as incertezas do mercado (MALDONADO, 1986, 1993). Devido a estes fatores, e como forma de reduzir estes riscos e imprevisibilidades, estes “mares” se encontravam mapeados na mente dos denominados “mestres” de pesca. A “mestrança” encontra centralidade em muitas pesquisas sobre a pesca artesanal no Brasil.

O “mestre” possui a capacidade de marcar (“marcação”) pontos, conhecidos como pesqueiros, neste espaço aparentemente misterioso que são as águas do mar. Estes pontos/pesqueiros garantem boas pescarias. Assim os riscos e as imprevisibilidades dos resultados da faina pesqueira são arrefecidos pela capacidade do “mestre” de marcar bons pontos de pesca e conduzir sua tripulação por estes “trajetos”.

Nesta racionalidade técnico-jurídica, por serem capazes de marcar, manter e conduzir as embarcações para e entre estes “pesqueiros”, os mestres possuem o direito reconhecido coletivamente de manter sigilo sobre os mesmos. Assim, o segredo é um dos componentes deste rico complexo técnico-jurídico. Por terem conhecimento e habilidade para mapear e circular pelos mares, dirimindo os riscos e imprevisibilidades destes ambientes, mestres e tripulações possuem o direito de manter seus pontos em segredo, mesmo que para isto se utilizem de “burlas” e “despistes” para esta garantia (MALDONADO, 1993, 2000; DIAS NETO; VOGEL; VALPASSOS, 2007).

Marcação, segredo e mestrança, são arquétipos que caracterizam as pescarias artesanais tanto em suas dimensões materiais, seus saberes fazeres, quanto em suas dimensões imateriais, pertencimentos, comportamentos, sistemas jurídicos, et al. Todavia, as narrativas colhidas junto aos pescadores de camarão de Gargaú expõem uma ruptura neste quadro.

Atualmente os principais petrechos de pesca utilizados pelos pescadores de camarão em Gargaú são as “redes” de arrasto e os GPS’s, que a grande maioria possui, e os guinchos que algumas embarcações contêm outras não.

Existem na “acosta” muitas possibilidades de “trajetos” a serem escolhidos pelos pescadores. A maioria destes “trajetos” podem ser encontrados via “marcação” em pontos do aparelho GPS. Como parte importante do melhor sucesso nas pescarias a escolha de bons “trajetos” significa melhores ganhos. Sendo assim, os “trajetos” não são deterministas, nem definidos totalmente a priori, haja vista a atividade ser realizada em um ambiente móvel, fluido e carregado de imprevisões e incertezas.

No intuito de controlar e reduzir parte destas imprevisões e incertezas, as escolhas dos caminhos a serem seguidos se alicerçam nos saberes naturalísticos (SILVA, 2018) destes sujeitos, mas também em suas redes de apoio sócio-laboral a partir das novas tecnologias em uso. A utilização dos equipamentos eletrônicos potencializou as redes de apoio. O uso do celular em associação com o GPS, como tecnologias de trabalho, se mostra, atualmente, muito significativo como amplificação dos elos da teia de apoio mútuo dos pescadores.

A “marcação” e o “segredo” se transmutou de uma propriedade material e intelectual incrustada na figura emblemática do “mestre” para um feixe de relações sociais contidas numa rede de onde interagem aliados e rivais. Com o auxílio dos GPS’s, os “pontos de pesca”, que também podem ser concebidos como “pesqueiros”, se multiplicaram e se encontram registrados. Possuir os “pesqueiros” registrados atenuou a extrema relevância da presença do “mestre” de outrora.

Não sem significado, a divisão dos recursos entre os tripulantes das pescarias, o “quinhão”, auferida pela venda dos pescados, e presente nas falas dos pescadores partícipes desta pesquisa, não possui mais uma parte extra e exclusiva do “mestre” como se constata em diversos estudos sobre o tema (DIEGUES, 2004, 2000; BRITO, 1999; MALDONADO, 1993), mas apenas a dos pescadores e do barco, sendo que o “quinhão” do barco² agrega em si os equipamentos presentes, redes e GPS. Neste sentido, parece sintomática a fala do pescador Estreito, sobre a atual significação da “mestrança” na pescaria de camarão em Gargaú.

Estreito: Hoje a realidade, **até meu cachorro que estava aqui pode mexer** pela facilidade. Hoje tem sonda³, GPS. É só você embarcar, saiu na Barra, foi embora, você vai procurar **no meio onde tem a barcaria**, que antigamente não existia barcaria [...]. Hoje, você vai, você acha [a barrcaria], **você vai rodar ali, você vai achar o peixe tá na sonda ou no GPS**. Antigamente, você ia para fora contando com uma bússola

Nos últimos anos vem ocorrendo um significativo aumento do número de embarcações no local, expresso nas expressões êmicas de “barcaria”, ou seja, uma grande concentração de embarcações disputando os “pontos” de pesca na “acosta”. Este fato pode ser constatado nos seguintes excertos abaixo (frutos de falas dos pescadores no âmbito da coleta das entrevistas e registrados aqui por nomes fictícios, conforme a recolha do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pescadores durante a pesquisa de campo):

Bife: Antigamente era bom, né? Era bastante fatura. Primeiro tinha muito camarão, tinha mais peixe. **Hoje, é muito barco**. Acho que deve ser isso. **Tudo embarcação grande...** [...]. Tudo acabando... **e barco de camarão vai mudando, vai ter um barco grande, coloca duas redes**.

Estreito: **O máximo aqui eram 30 barcos. Para 130 rendeu 100**, só em Gargaú [...]. **Na verdade, os aparelhos [GPS's e Sondas] hoje são para destruir**, que todo mundo tendo mapeado, o mapa do ponto que encostar, apanha. Não adianta.

Dudu: Eu acho **que o peixe diminuiu mais, mas o que diminuiu mesmo é que é muito pescador, muita rede nova**. O pessoal, antigamente, pescava 20 pessoas. Hoje, pesca cem. Então, muda. **Só captura cada vez mais e o pessoal põe o material mais novo para pescar. Aí, consegue matar mais peixe**. Aí, só vai diminuindo

Os próprios pescadores percebem que algumas transformações tecnológicas trouxeram maiores pressões sobre os estoques pesqueiros. O aumento da capacidade de estocagem das embarcações, as redes em maiores quantidades e com materiais que garantem mais eficácia, os equipamentos eletrônicos (GPS's e Sondas) que reduziram as incertezas nas pescarias e a ampliação da quantidade de embarcações são fatores primordiais, aos olhos dos interlocutores, que influenciam a pesca artesanal para pescarias mais predatórias pressionando os

² O quinhão na pescaria de camarão local se estabelece da seguinte forma: após se estabelece o resultado financeiro da pescaria desconta-se o custo de operação, normalmente o gasto com o óleo diesel utilizado pela embarcação, o restante divide-se em partes iguais entre o número de tripulantes, sendo que a embarcação entra como uma destas partes.

³ As sondas são utilizadas para pescarias que ocorrem em alto mar, necessitando de vários dias embarcados. No caso das pescarias de camarão na “acosta” que se realizam no mesmo dia os barcos são munidos apenas dos GPS's.

estoques pesqueiros e amplificando o nível de competição entre barcos.

Estas transformações tecnológicas dos e nos barcos ocasionaram renovações técnicas e ressignificações nos saberes-fazeres e códigos costumeiros restringindo os arquétipos da marcação e do segredo encarnados na figura mítica do mestre nesta modalidade de pesca local, sem eliminar, contudo, a condição tradicional de pescadores artesanais.

Nas pescarias que acompanhei durante os itinerários etnográficos os pescadores ficavam constantemente utilizando seus celulares em contatos com “aliados” naquela pescaria, avaliando os quantitativos de pescados que estavam sendo capturados nos pesqueiros em que seus interlocutores estavam. Segue abaixo um trecho de um dos itinerários etnográficos retirado dos cadernos de campo referente a pescaria de camarão realizada no dia 25 de outubro de 2022:

Diário de campo, pescaria de camarão, localidade de Gargaú (25/10/2022): Chegamos ao primeiro ponto de pesca depois de navegarmos por 50 minutos. Na chegada o pescador diminui a velocidade do barco e joga as redes no mar. O mar é povoado de barcos de pesca. A imagem daquele pescador sozinho, pescando calmamente seu peixe, numa vida idílica de contemplação e silêncio, em sintonia com as harmonias e movimentos das águas em nada se assemelha a imagem vivenciada neste itinerário. O pescador está o tempo todo em atividade, ao mesmo tempo conduzindo a embarcação, manipulando os petrechos de pesca, lavando, separando e acondicionando os pescados, mantendo o convés sempre limpo e organizado, observando e se comunicando com outros pescadores que circulam a sua volta e falando constantemente no celular com parceiros que se encontram em outros “pontos” de pesca distantes. [...] Bife se encontrava a todo momento conversando com seus aliados, onde ia mudando o rumo de sua pescaria, retrazando rotas: “Onde você está fulano? Pegou 15 kg? Estou indo para aí”. “Não vem pra cá não Beltrano, está muito fraco”.

Ao iniciar o “trajeto” da pescaria de camarão o pescador opta por determinado “pesqueiro”. Esta primeira opção é fruto de sua intuição e das informações sobre os primeiros “trajetos” que seu grupo de alianças pretende fazer naquele dia. Munidos destes dois fatores adentra-se o mar. Ao alcançar o “pesqueiro” indicado no GPS, passa-se a vigiar os “outros” pescadores (rivais) que se encontram nas proximidades (na barcaria), testando e avaliando seus “pontos de pesca” por suas condutas e pelas informações (muitas vezes cifradas) que vão sendo trocadas reciprocamente.

Após as avaliações de seu “pesqueiro” e tendo as informações necessárias sobre o seu contorno, passa-se a comunicar com sua rede de alianças via celulares esclarecendo a situação em seu perímetro e buscando saber o cenário nos outros perímetros. A partir destas apreciações, decide-se permanecer naquele “ponto” ou se traçar novos “trajetos”, calculando custos-benefícios a partir da distância que precisa percorrer e dos quantitativos que estão sendo pescados nos lugares indicados pelos parceiros.

A mudança de rota deve ser efetuada de forma cautelosa e enigmática, “na surdina”, como maneira de despistar os pescadores que se encontram próximos (os rivais) para que os mesmos não sigam a embarcação, superpovoando os

“pescueiros” que se encontram melhor abastecidos de pescados naquele dia e que foram indicados pela equipe aliada.

A precisão dos cálculos sobre mudanças de rotas nas pescarias, retraçando novos trajetos em direção a outros “pescueiros”, se torna possível graças, em primeiro lugar, ao aparelho GPS que indica com clareza a distância e o tempo de percurso entre cada “ponto” e, em segundo lugar, com o auxílio da rede de apoio efetivada pelo uso generalizado do aparelho celular tornando-se possível se averiguar a quantidade média de pescados presentes em outros “pontos de pesca”. Os aparelhos celulares proporcionaram trocas de informações privativas possibilitando, inclusive, a formação de grupos virtuais de aliados, via whatsapp onde as mensagens são circuladas em rede.

Com isso, “segredo” e “burla” aparentemente fogem do controle exclusivo do “mestre” e se acomodam numa teia de relações sociais capilarizada. Circular por esses “mares” compostos por centenas de possíveis “pescueiros” (como se pôde averiguar os GPS’s chegam a marcar mais de 500 pontos de pesca) e habitados por dezenas de barcos de pesca, requer, agora, trabalho em equipe. Requer, outrossim, a formação de “fronteiras” no sentido étnico empregado por Fredrik Barth (2000), em que “aliados e rivais” convivem em espaços contíguos e disputam recursos nestes espaços, sem que ambos se apercebam como de “fora”, como exóticos aquele coletivo. Sendo assim, mesmo sendo todos pertencentes ao grupo dos pescadores, esses pescadores se reconhecem mutuamente em suas fronteiras internas como parceiros ou não naquela pescaria. Desta forma,

[...] é razoável esperar que um dado grupo étnico, distribuindo-se sobre um território que apresenta circunstâncias ecológicas variáveis, mostre uma diversidade regional de comportamentos institucionalizados manifestos que não reflete diferenças de orientação cultural (BARTH, 2000, p. 30).

A famosa “tripulação” com seu “mestre”, presente em bote isolados e tributários de sentimentos de corporação, igualitarismo e hierarquia (MALDONADO, 2000, 1986, 1993; RAMALHO, 2021, DIEGUES, 2000), no caso da pesca de camarão em Gargaú, cedeu certo espaço para a equipe de pesca, munida de GPS’s e celulares, composta por vários barcos que decidem de forma coordenada os melhores lugares de pesca, na busca por arrefecer os riscos, impreviões e incertezas impostas pelo meio marítimo.

A “VERDADE DAS PEDRAS”: DIREITO COLETIVO E SENTIMENTO DE UNIDADE NA DIFERENÇA

Como parte deste quadro descrito, existe um circuito de informações verídicas entre os pescadores, sejam eles rivais ou aliados, que se contrapõe ao costume do “segredo”. Estas informações se referem, primordialmente, às pedras e aos destroços de embarcações que se encontram no fundo do mar que podem causar danos aos petrechos de pesca. Este circuito produziu, inclusive, contra segredos,

“pontos de pesca” públicos que têm como função exporem lugares de risco que foram descobertos no passado por outros pescadores. Estes “pontos públicos” são denominados na localidade de “pegadores”, como se pode evidenciar pela fala abaixo transcrita de uma das entrevistas realizadas durante o estudo:

Bife: Mas tem o GPS pra eu marcar a velocidade do barco. Aí tem os *pegador*, [que] a gente já tem [marcado] quando outra pessoa agarra, ou a pessoa agarra, aí a pessoa agarrou lá acaba com a rede... Aí passa pra todo mundo [...] Aí passa pro pessoal, a pessoa. A pessoa vai lá e joga no GPS também e marca.

Outro exemplo consta em um trecho de outro itinerário etnográfico sobre a pecaria de camarão retirado do caderno de campo:

Diário de campo, pescaria de camarão, localidade de Gargaú (11/10/2022): [fala do pescador anotada no diário] “existem os *pegador* de babá, de Enildo, de Careca, de Helinho, de Nego, de Kiko, de Defé, de Rafael, etc”. Nestes “pontos” estes pescadores tiveram seus petrechos presos, “pegados” pelas pedras sendo danificando. Assim, eles marcaram os pontos e os tornaram públicos para que ninguém se prejudique nestes mesmos locais.

A existência de “pontos públicos” contrasta com a normatividade dos segredos dos “pescueiros”. Mesmo que hoje em dia estes pontos estejam em sua grande maioria marcados nos GPS’s e tornados de uso coletivo, eles ainda funcionam como elementos de segredos e despistes na garantia por boas pescarias. Estes segredos e despistes podem ser encontrados no trabalho em equipe e seus locais devem ser mantidos fora do alcance dos rivais e socializados apenas entre os aliados.

Ainda que estas novas tecnologias tenham reduzido a importância da centralidade do mestre não aboliu por completo a existência de “pescueiros” únicos, conhecidos apenas pelo pescador. Processo esse que pode ser constatado na fala de Estreito:

Estreito: Eu devo ter uns 600 pontos marcados dentro desse mar aí. [...] Devo ter uns 600 pontos. [...] Tem uns que eu ainda tenho, que ainda é segredo. É meu. Ninguém achou ainda. Mas a facilidade hoje de achar é muito grande, porque todo mundo hoje tem aparelho [GPS].

A facilidade de encontrar estes pontos, devido ao uso do GPS não eliminou totalmente algumas exclusividades, ou seja, o “segredo” dos “pescueiros” ainda continua existindo, embora com menor destaque. Além disto, o “segredo” enquanto normatividade coletiva, enquanto simbolismo destes grupos humanos, mantém significativa influência nos códigos de conduta e pertencimento (DIAS NETO, 2012).

“Segredo” e “despiste” apontam para existência de um complexo jurídico costumeiro que remete ao processo do fazer-se pescador artesanal, no ato de suas atividades, como seres-para-a-competição. Mesmo quando cooperam o fazem em situações que têm como função elevar sua capacidade competitiva. Assim, cooperar no barco/tripulação e/ou no grupo de alianças tem como finali-

dade ampliar as possibilidades de competição com os “outros”. O sentido da pesca marítima se encontra na luta contra as águas e os “outros” pescadores (DIEGUES, 2004). Derivam desta lógica as manifestações da marcação, do “segredo”, da cooperação na tripulação e na equipe, entre outros.

Assim a pesca se manifesta em amplos sentidos no âmbito da cultura. Uma cultura multifacetada e que se materializa em diversos grupos de pesca locais. Entretanto, em todos estes o comportamento da competição, mesmo que mediado por caracteres culturais, pode ser encontrado. Qual seriam alguns de seus fundamentos? Pensar a questão do “contra segredo” e do “segredo” pode nos trazer algumas pistas destes fundamentos.

Principiando pelo “segredo”: não saber, guardar, esconder, no universo da competição pesqueira, diz respeito a uma série de regras de acesso e partilha do espaço aquático, um ambiente de uso comum e indiviso, que faz com que os grupos de pesca se reconheçam mutuamente como parte da produção e reprodução de códigos e sistemas jurídicos que se encontram sob a guarda coletiva.

Estes códigos não são externos ao grupo, pelo contrário, são sua herança passada e responsabilidade presente. Os códigos não estão escritos, por isso necessitam ser apreendidos entre os sujeitos que os utilizam, sejam entre gerações, sejam aos novos integrantes admitidos. O “segredo” guarda assim o cerne da competição, mediatizada pelos códigos e regras, por isso mesmo são, ao mesmo tempo, produto e produtor da cultura pesqueira.

Tendo essa afirmativa como parâmetro, a competição, mesmo ocorrendo nos diversificados grupos de pesca artesanal, não pode ser vista como elemento homogeneizador destes coletivos e seus sujeitos, mas, ao contrário, como fator de fragmentação, de diferenciação. Na competição, os sujeitos/coletivos se diferenciam. No ato de produzir e/ou encontrar “pescadores” e, por isso, ter o direito de escondê-los, se manifesta o “ser” pescador e pescadora. Ao se diferenciar dos “outros” pescadores e pescadoras, pela competição, a identidade individual do pescador se manifesta dentro de um circuito coletivo. E mais, na relação entre grupos de pesca distintos a competição se mostra ainda mais acirrada e o conhecimento dos códigos locais são fatores de distinções, de “fronteiras étnicas” (BARTH, 2000), entre o “nós” e os “outros”.

Assim a competição institui um ato político nestas coletividades, a “política do sigilo” (DIAS NETO; VOGEL; VALPASSOS, 2007) que distingue estes sujeitos pelo direito ao “segredo” e sua manutenção, direito este reconhecido pelos coletivos de pesca e, neste sentido, como elemento do fazer-se pescador artesanal. O fazer-se pescador artesanal se constrói num amálgama entre se diferenciar para se reconhecer e ser reconhecido como parte de um coletivo.

Mas e o “contra segredo”? Os “pontos públicos” e as informações “verdadeiras” sobre as pedras? Para que haja competição é necessário competidores. Como uma totalidade fragmentada, a presença de um depende da presença de “outros”, neste sentido só posso competir com “outros” se os mesmos puderem participar da contenda. A instauração de meu “ser” como pescador e pescadora diferenciado

requer a existência do “outro”, como semelhante. Como “totalidade fragmentada”. Por isso competir, dentro desta racionalidade, se contrapõe a eliminar.

Os pescadores de mar de Gargaú precisam da existência mútua na competição, para isso se contrapõe a “eliminação” do outro pela destruição de seus petrechos. Perder as redes significaria perder a pescaria e não é esta a intenção grupal. Por isso, a existência da instituição de códigos para exposição dos riscos de eliminação. O “contra segredo”, os “pegadores”, pontos públicos que evitam a eliminação da contenda, não são outra face do “segredo”, seu antônimo, mas, ao contrário, funcionam como seu complemento.

Estes “contra-segredo” garantem, pela elaboração de códigos jurídicos complexos, a competição. “Segredo” e “burla” são normas de garantia da diferenciação dentro do escopo da disputa em ambientes comuns e a “exposição dos locais de pedra” garantem a existência da competição. A “política do sigilo” se asoma a “política da exposição”.

O manuseio costumeiro das “burlas” ou “mentiras”, segundo Dias Neto, Vogel e Valpassos (2007), representa a afirmação do direito ao “segredo”, da “política do sigilo”. Exagerar pescarias se consubstancia no consentimento legítimo de enganar os “outros” garantindo a manutenção de “pontos de pesca” de “propriedade privada” em “espaços públicos”. Esta garantia, pela lógica da diferenciação, deve ser conservada pelo próprio “sujeito de direito”, o pescador e pescadora ancorado na norma consuetudinária, e não por uma força “externa” e “superior” a coletividade. Assim,

Observando e escutando as conversas, sempre acaloradas nestes ambientes, quase ninguém relata um caso em que a pesca tenha sido mal sucedida. Ao contrário, normalmente o que se ouve em público são histórias que falam da fartura dos peixes e das grandes pescarias (DIAS NETO; VOGEL, VALPASSOS, 2007, p. 65).

Estes recursos a exaltações de seus feitos buscam, conjuntamente, a diferenciação enquanto pescadores e pescadoras frente a seus pares e aos olhos do grupo social de convívio. Expressões como “o melhor”, o “primeiro”, “o maior”, são comuns quando retratam a si mesmos ou a seus familiares. Estas expressões não se referem unicamente ao “mundo da pesca”, apesar deste ser central, mas se dirigem, da mesma forma, a ingredientes da sociabilidade local, mostrando que são referenciados pelo contexto espaço-temporal, como pode ser evidenciado nas falas de pescadores apresentadas a seguir:

Parceirinho: Com o tempo eu fiz um absurdo, **o maior barco de Gargaú** [...]. Quando não tinha no mar eu pescava no rio carapeba de rede, eu **era o maior pescador de carapeba**, eu saía, botava rede na hora certa, era 20, 30 quilos.

Zé Nilton: Agora, **o primeiro barco grande quem fez foi eu**, de 13 metros, aí todo mundo agora atende 12, 13 metros [...]. Não tinha televisão. **A primeira televisão em Gargaú quem comprou foi o papai**, era um caixote e aí o povo tudo ia lá ver [...]. **A melhor festa de Gargaú quem fez fui eu aqui em Santo Antônio** [...].

Dudu: Ele era fera no que fazia. Ele gostava muito de jogar uma tarrafa. **Igual a ele, ninguém jogava. Era um dos maiores tarrafeiros que tinha aqui na região nossa** é Humberto, Humberto Pinheiro [avô] [...].

Ninim: E aqui mesmo começou a pescar sem saber pescar, amarran-

do as coisas aí, e graças a deus **foi um dos melhores pescadores** [pai] porque ele pedia sabedoria a deus e deus dava, [...] **Foi um dos melhores pescadores de Gargaú.**

Estreito: Mestre durante acho que 3 a 4 anos, ganhei uma experiência, trabalhei, passei sufoco na vida, nossa... esse barco, aqui em Gargaú, **os primeiros, eu não fui o primeiro, mas fui um dos primeiros a começar a pescar peruá**, porque o camarão era muito fraco [...]. Eu fui **dentro de Gargaú um dos primeiros, se não fui o primeiro, a ter [aparelho GPS].**

Pastor: Aqui em Gargaú, você pode perguntar a alguns pescadores, perguntar **uma pessoa que tira caranguejo de buraco grande aqui em Gargaú**, quem é? Grande. Você pode perguntar pra qual-quer pessoa aí. Vão dizer: **“Só tem um aí”, mas é grande!**

“Política do sigilo” e “política da exposição” se mostram como mecanismos jurídicos que buscam concomitantemente a garantia da “totalidade fragmentada”, da diferença em meio ao pertencimento coletivo. Com isso, a competição não possui apenas o papel de garantir acesso a recursos disponíveis em espaços comuns, mas também funciona como mecanismo sócio simbólico de manutenção das diferenças. Portanto, competir, simultaneamente, afirma a diferença e nega a homogeneidade.

Contudo nem todos/as podem se manter na competição. Os pescadores/as mais antigos, mesmo os que conseguem se manter em atividade, não possuem a força e o vigor de antigamente o que limita sua capacidade de competir. Se o fazer-se pescador artesanal, um processo contextual e contínuo, dependente dos fluxos cotidianos destas atividades que se retroalimentam nos atos da competição, como pode se manifestar o reconhecimento coletivo aos pescadores/as mais antigos?

Paraíba, pescador antigo da localidade de Gargaú, atualmente não pesca mais com constância devido sua idade, mas ainda instala esporadicamente armadilhas no leito do Rio Paraíba do Sul para pesca de camarão pitu. Quando questionado sobre o que era para ele ser pescador, assim o responde:

Paraíba: Eu tenho **honra de ser pescador**. Por quê? Trabalhava com sacrifício, criei meus filhos, não tirei nada de ninguém, **fiz o meu trabalho honesto, minha pescaria honesta. Sou conhecido nesse rio todo**. Agora esses dias eu fui mirar⁴ umas gaiolas, chegou uma canoa parou perto de mim, [um rapaz] pulou da canoa dele e olhou para a minha, para me abraçar. “Quanto tempo que não te vejo, meu companheiro”. Parou, sentou, **foi me dar café do deles**. O rapaz de São Joao da Barra. Isso, para mim, é a honra de ser assim. **Para mim é a honra.**

O coletivo não pode viver apenas de competições frenéticas no presente e, assim, o acesso aos recursos não se configura como única motivação desta existência. O grupo, como guardião, se produz tanto na competição quanto na memória. Memória das pescarias e, por que não, também de suas competições pregressas. Eis aí a chave, a construção da perenidade. Presente e passado alinhavados por uma intrincada rede de códigos, normas, direitos. Hoje, o direito à competição; no futuro, à honra da memória.

⁴ Mirar significa retirar de dentro da água para ver se pescou algo ou o quanto se pescou. Expressão utilizada para armadilhas e redes.

A honra é o sentimento de conhecimento e reconhecimento da coletividade, o descanso da competição. Pescador e pescadora não mais na ativa têm na memória do grupo a guarida que o torna eterno em sua atividade. Na suspensão da competição, a diferenciação se garante pela memória, pelos feitos passados recordados no presente. “Este foi um dos maiores pescadores daqui”, revelou um rapaz que parou junto a nós durante a entrevista dada pelo pescador identificado aqui como Paraíba.

As regras “exteriores” pouco dizem destas realidades e dos seus desafios. Instituídas e fiscalizadas de “fora”, sem diálogo com os “nativos” e sem incorporar as regras locais, são como alienígenas para os sujeitos da localidade, não havendo, em sua maior parte, qualquer motivação para seu fiel cumprimento.

A negação destes códigos são a manifestação da negação a um poder externo não manipulável internamente, que busca os homogeneizar. Poder centralizado que “paira” sobre estas coletividades e as transmuta em categorias generalizantes (“pescadores artesanais”, “populações vulneráveis”) que na maioria das vezes pouco dialogam com as percepções locais sobre estes mesmos termos e, em muitos sentidos, deslegitimam suas diversidades e formas de “ser” e de estar no mundo, ou seja, seus “mundos” da pesca.

Este fato pode ser exemplarmente constatado a partir de estudos recentes que analisam as dimensões da inserção das mulheres no âmbito da legislação pesqueira estatal (NATÁLIA, 2020; HUGUENIN, MARTINEZ, 2021; HELLEBRANDT, 2017). Em seu teor mais amplo, essas pesquisas apontam como a legislação brasileira direcionada à pesca não reconhece as atividades correlatas a captura e que são, muitas vezes, executadas por mulheres.

Sendo assim o “Decreto nº 8.425, em 31 de março de 2015, trouxe uma preocupação com a perspectiva de gênero. Neste sentido, foram estabelecidas as categorias “pescadora” e “trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal” (HUGUENIN, MARTINEZ, 2021, p. 653). Todavia, o suposto avanço legislativo no reconhecimento da diversidade de atividades que compõe os “mundos da pesca”, em especial com o recorte de gênero adotado, retrocede uma vez que “a regulamentação da Lei do Seguro Defeso, instituída pelo Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015, excluiu a concessão do benefício “aos trabalhadores de apoio à pesca artesanal (art. 1º, § 6º)” (HUGUENIN; MARTINEZ, 2021, p. 654).

Este exemplo, exposto de forma sintética, corrobora com as questões refletidas aqui. As legislações “oficiais” são pouco permeáveis às diversidades destes coletivos e, quando avançam em determinados pontos, sofrem estrangulamentos que buscam re-enquadrar estes grupos nas categorias homogeneizantes. Por isso os mesmos resistem. Resistem a estes enquadramentos, a este poder unitário, externo e central. Resistem, em grande medida, à aceitação destes códigos que incidem sobre seus “mundos” e dos agentes responsáveis pelas fiscalizações e punições. Longe de serem condutas desviantes ou subversivas, se constituem como mecanismos de re-existência, de se reconhecerem como coletivos e como diferentes simultaneamente.

Totalidade fragmentada, competir, mas como coletivo. Se diferenciar, mas dentro de padrões, ritos, normas e comportamentos mediatizados pelo grupo de pertencimento e gerador de memórias comuns. Suas diferenças proclamam seus papéis sociais e, conjuntamente, refutam as forças que por acaso busquem os homogeneizar, as forças centrípetas.

Assim, fecha-se a chave interpretativa sobre a multifacetada normatividade local: “segredo”, “contra segredo”, “política do sigilo”, “política da exposição”, “competição” e “memória”, faces da mesma rede jurídica. As regras “exteriores” pouco dizem destas realidades e dos seus desafios. Instituídas e fiscalizadas de “fora”, sem diálogo com os “nativos” e sem incorporar as regras locais.

CONCLUSÃO

A experiência de convívio com um determinado grupo de pescadores e pescadoras da localidade de Gargaú, em São Francisco de Itabapoana, em especial a pescaria de camarão para confecção deste artigo, proporcionou perceber tanto a complexidade quanto a riqueza dos saberes-fazer e dos códigos jurídicos da pesca artesanal nesta localidade do Norte fluminense.

A interpretação desta atividade laboral local desvela a produção de uma “totalidade fragmentada” que articula de forma interconectada pescadores em suas fainas cotidianas (pescarias) na busca pela captura de seus produtos (pescados), onde competem e cooperam com o meio social e natural em que cada atividade se insere e entre diferentes atividades. Esta totalidade se manifesta em códigos costumeiros, tecnologias e técnicas que ocorrem em processos ecossociais dentro de atividades específicas, ou “mundos” da pesca. Cada “mundo” da pesca desenvolve suas ações espaço temporais num misto de ratificações e retificação proporcionando inovações e ressignificações.

No caso específico da pesca de camarão na localidade Gargaú transitam segredos, contra segredos, redes de alianças e regras capazes de embasarem um sentimento de unidade que se processa através da diferença, baseados na competição e na memória.

Por fim, vale ressaltar aqui a enorme satisfação dos pesquisadores com a recepção dos pescadores e pescadoras da localidade de Gargaú, sem os quais nosso trabalho seria impossível, conhece-los foi de suma importância para a própria trajetória de vida dos autores desta pesquisa. Outrossim, cabe destacar que este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.
- BECKER, Howard S. **Mundo das Artes**. Lisboa/Portugal: Livros Horizonte, 1982.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê, 2004.
- BRITO, Roysan Campos de Caldas. **Modernidade e Tradição: Construção da Identidade Social dos Pescadores de Arraial do Cabo/RJ**. Niterói: EDUFF, 1999.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: Memória, Tempo, Identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- DIAS NETO, José Colaço. **Quanto Custa Ser Pescador Artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- DIAS NETO, José Colaço; VOGEL, Arno; VALPASSOS, Carlos. História de pescador: O direito do ponto de vista nativo. **Revista Arquivos de Direito**, v. 1, n. 9, p. 57-78, jan., 2007.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo Sociedades: Leituras em Antropologia Marítima e Pesqueira**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte – Brasil**. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **A Imagem das Águas**. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p. 69 – 84.
- FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral do mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005.
- HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. Mulheres da z3 – O camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. **Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Doutorado em Ciências Humanas)**. Florianópolis/SC, 2017.
- HUGUENIN, Fernanda Pacheco; MARTINEZ, Silvia Alicia. Mulheres da Pesca: Invisibilidade e Discriminação Indireta no Direito ao Seguro-Desemprego. **RDP**, Brasília, Volume 18, n. 97, jan./fev. 2021, p. 645-667.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. O Circuito: proposta de delimitação da categoria. **Revista Ponto Urbe**, v. 15, 2014.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples**. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **A Imagem das Águas**. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p. 59-69.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: ANNABLUME, 1993.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe B. e RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia Prático de História Oral: Para Empresas, Universidades, Comunidades, Famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

NATÁLIA, Soares Ribeiro. Guardiãs das tradições pesqueiras: arte, gênero e modo de vida em Arraial do Cabo. **Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Doutorado em Políticas Sociais)**. Campos dos Goytacazes/RJ, 2020.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Cultura de ofício marítima pesqueira. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 11, n. 03, set.-dez., 2021, p. 913 – 943.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. **Bol. Museu do Pará Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 11, n. 2, maio-ago. 2016, p. 391-414.

SILVA, Guilherme Aglio da. Pescadores de Itaipu: Notas Sobre Tradição e Modernidade. **Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense – UFF (Mestrado em Cultura e Territorialidades)**. Niterói/RJ, 2018.